

## **Educação superior e consciência política: percursos das ativistas do Lutas e Cores e da Marcha Mundial das Mulheres em Caruaru-PE**

**Allene Carvalho Lage<sup>1</sup>**

**Percycles Emmanoel Gomes de Macêdo<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo objetiva compreender de que modo a educação superior pode auxiliar no processo de desenvolvimento da consciência política. Para tanto, contamos com a colaboração das ativistas organizadas na Marcha Mundial das Mulheres e no Coletivo Lutas e Cores de Caruaru-PE com curso superior concluído. O estudo se deu a partir de uma abordagem qualitativa e usou a entrevista semi-estruturada para levantamento dos dados empíricos que foram trabalhados através da análise do conteúdo. Os resultados da pesquisa apontam para a existência de três grupos de consciência política antes do ingresso na educação superior: a consciência política não desperta, a consciência política parcialmente desperta e a consciência política desperta. Todos os três grupos foram transformados de diferentes maneiras, após o ingresso na educação superior. O estudo conclui que essas transformações ocorrem principalmente através da proximidade que a educação superior proporciona, não somente com as discussões científicas, mas também com os movimentos sociais.

**Palavras chave:** mulheres, consciência política, feminismo, educação superior.

---

<sup>1</sup> Allene Carvalho Lage - Professora Doutora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco-Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (UFPE-PPGEDUC-CAA) e Coordenadora do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina. E-mail: [allene Lage@yahoo.com.br](mailto:allene Lage@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Percycles Emmanoel Gomes de Macêdo - Graduando em Licenciatura em pedagogia na UFPE – CAA. Bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: [percycles.macedo@ufpe.br](mailto:percycles.macedo@ufpe.br)

Há um sentido compartilhado tanto pelos movimentos sociais quanto pela universidade pública – o desenvolvimento de uma consciência política socialmente engajada, que se ocupa dos problemas sociais no intuito de superá-los. A universidade pública tem entre seus ideais<sup>3</sup> a tarefa de estimular o conhecimento das desigualdades do mundo contemporâneo e prestar serviços especializados à comunidade, já os movimentos sociais, como mostra Miguel Arroyo (2003), também objetivam promover uma educação ou reeducação do pensamento educacional, que vise à garantia ao aprendizado dos direitos sociais, para assim, promover uma experiência humana mais significativa em termos de cidadania.

Sendo assim, tanto os movimentos sociais quanto a universidade pública se defrontam com a tarefa de possibilitar um maior desenvolvimento da consciência política. Essa consciência acaba por se configurar como uma força contrária aos interesses que objetivam manter a sociedade permanentemente no estado de desigualdade que até agora temos conhecido. Esse é um dos motivos pelos quais, do início de sua história até agora, a educação superior no Brasil tem se caracterizado como uma educação para poucos (GISI, 2006).

O desenvolvimento do ensino superior no Brasil ocorreu de modo atípico, se comparado às demais colônias na América Latina. Ao contrário dos outros países, que criaram universidades em suas colônias a partir do século XVI, somente a partir do século XIX, o Brasil começa a fundar instituições de ensino superior em seu território. Durante esse período, os estudantes, filhos de nobres portugueses que desejavam ingressar no ensino superior tinham de se deslocar para a Universidade de Coimbra, onde se formaram cerca de 2.500 jovens portugueses nascidos no Brasil – como eram então chamados (OLIVEN, 2002). As primeiras faculdades brasileiras, que contavam com os cursos de Medicina, Direito e Politécnica, restringiam-se às cidades importantes e tinham um perfil marcadamente elitista. Durante o período que vai de 1808, quando

---

<sup>3</sup> Expressos no art. 43 da LDB 9394/96.

aparecem as primeiras solicitações, até 1889, cerca de 24 projetos de universidades foram apresentados, mas somente poucas faculdades de caráter elitista foram criadas – dados importantes para compreendermos a concepção de educação superior então vigente – uma educação restrita às classes dominantes. Somente em 1920, fruto do Decreto nº 14.343, a primeira universidade brasileira foi criada, a Universidade do Rio de Janeiro, que aglutinava faculdades pré-existentes e era muito mais voltada ao ensino que à pesquisa (OLIVEN, 2002; GISI, 2006).

Ainda durante o período que vai de 1930 a 1945, conhecido como Nova República, 22 universidades federais foram criadas, aumentando significativamente o sistema de universidades do Brasil. Em 1961, o Brasil promulga sua primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), fruto de cerca de 14 anos de tramitação no Congresso Nacional. Ainda no contexto da década de 1960, foi criada a Universidade de Brasília – primeira universidade brasileira que não nasceu a partir de um agrupamento de cursos que já existiam (OLIVEN, 2002).

No período de Regime Militar (1964-1985), operou-se uma ingerência na educação superior e consolidou-se uma reforma do ensino que visava, entre outras coisas, à adequação de todo o ideário educativo a moldes conservadores de controle e repressão político ideológico. Um número expressivo de docentes foi afastado de seus cargos na tentativa de desencorajar atitudes consideradas subversivas. Já durante esse período, tem início a expansão do setor privado da educação superior, que respondia às demandas por mão de obra especializada, sobretudo nos subúrbios das grandes cidades.

Na década de 1990, algumas mudanças significativas ocorreram no cenário da educação superior no Brasil. No andar do decênio, a educação viu a constituição da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Plano Nacional de Educação (GHIRALDELLI JR, 2015). Ainda na década de 1990, uma característica importante que marca o curso da educação superior é o significativo crescimento da iniciativa privada. De um lado, as Instituições de Ensino Superior (IES)

públicas sofrem desmontes de recursos – o que as impede de continuar operando nos moldes que antes faziam. Por outro lado, as instituições do setor privado recebem benefícios do governo federal. Desse modo, o ensino superior, no Brasil, tornou-se majoritariamente privado. No início da década de 2000, das 1.391 IES existentes em território nacional, somente 183 eram públicas, sendo as 1.208 restantes vinculadas aos setores privados da educação superior. Em outros termos, é possível dizer que no referido contexto, cerca de 87% desta modalidade de ensino eram de caráter privado<sup>4</sup> (CUNHA, 2003).

A partir de 2004, o programa de expansão e interiorização das Universidades Federais, composto principalmente pelo programas Expandir e pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), alterou significativamente o rumo excludente que, desde o início da história do Brasil, marcou o trajeto das universidades públicas. O programa Expandir, iniciado em 2005, teve como meta ampliar o campo de atendimento das universidades federais, por meio de uma série de projetos que incluíam desde a transformação de faculdades em universidades, a criação de novas universidades e de novos campi universitários, até a ampliação no quadro de docentes. O programa REUNI, por sua vez, ambicionava aumentar o acesso às universidades federais, gerando 30 mil vagas até o ano de 2007 (NASCIMENTO, 2013).

Como a história foi capaz de mostrar, a expansão e interiorização das universidades federais levaram o ensino superior para regiões do Brasil antes não contempladas, transformando trajetórias individuais e coletivas. Ora, se assumimos que a educação superior precisa se ocupar da compreensão dos problemas sociais e de sua superação, devemos compreender também que a mesma incide sobre o desenvolvimento da consciência política dos sujeitos por ela atravessados – finalidade também objetivada pelos movimentos sociais. Há, pois, como dissemos, um sentido compartilhado tanto

---

<sup>4</sup> MEC/INEP, Censo Escolar, Ensino Superior, 2001.

pela universidade pública quanto pelos movimentos sociais: o desenvolvimento da consciência política – uma consciência coletiva e engajada socialmente, capaz de proporcionar a transformação do indivíduo passivo em sujeito/ator, que toma as decisões que incidem diretamente sobre a sua própria vida e luta por elas.

Nesse sentido, a pergunta que mobiliza nossa pesquisa é: De que modo a educação superior pode contribuir no processo de desenvolvimento da consciência política das Ativistas da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e do Coletivo Lutas e Cores (CLC) de Caruaru-PE?

Portanto, este artigo objetiva compreender de que modo a educação superior pode contribuir no processo de desenvolvimento da consciência política das ativistas da MMM e do CLC de Caruaru-PE. Para tanto, procuraremos (1) apresentar aspectos da consciência política dessas ativistas, antes do seu ingresso na educação superior. No segundo momento, buscaremos (2) mapear as bases filosóficas e políticas dessas ativistas, construídas durante suas formações acadêmicas e, por fim, pretendemos (3) mostrar os indícios de mudanças ocorridas na consciência política dessas ativistas após seu ingresso na educação superior.

### **Educação Superior**

O sistema de educação brasileiro é formado por duas etapas principais: a educação básica e a educação superior. A educação básica é internamente cindida, composta pelas seguintes etapas: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Ao passo que a educação superior, dividida basicamente em graduação e pós-graduação, abarca principalmente a formação profissional e o preparo para a inserção no mercado de trabalho. Contudo, é preciso destacar que a distinção entre as duas etapas não se restringe a esse traço que acabamos de apresentar. Enquanto a educação básica objetiva o desenvolvimento do estudante, a formação comum

necessária ao exercício da cidadania e a possibilidade de prosseguir em estudos posteriores, caso lhe seja possível; a educação superior apresenta uma intencionalidade significativamente mais complexa e multifacetada, pois tem a ver com o desenvolvimento humano através da cultura, com o exercício da cidadania e, por conseguinte, com a compreensão dos problemas sociais e sua superação. Segundo o art.43 da LDB (LDB 9394/96), o ensino superior almeja:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição; VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996)

Note-se que, uma vez que se proponha a fomentar a criação cultural e o desenvolvimento da reflexão, uma vez que almeje suscitar o desejo de aperfeiçoamento cultural e estimular a compreensão dos problemas do mundo, a educação superior não deveria se limitar a formar diplomados e diplomadas das diversas áreas, mas ser também canal de realização humana e social para sujeitos que se interessam pelo mundo

e que pretendem trabalhar pela melhoria deste. Por isso, tem a ver também com o exercício político da democracia.

Por outro lado, é preciso assinalar que as IES estão diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico das regiões que atendem (SOARES, 2002), e esse foi, afinal, um dos motivos que impulsionaram o projeto de interiorização das universidades federais (CORDEIRO, 2013). Notava-se o crescimento social e econômico nas regiões atendidas por tais instituições. Por isso, já na década de 1990, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), as políticas de acesso e permanência iniciam-se timidamente com o intuito de promover o desenvolvimento social e econômico por meio do ingresso nos sistemas de ensino superior<sup>5</sup>, ideia levada à frente e ampliada nos governos Lula (2003 – 2010). Essas políticas, chamadas por Ana Luiza Cordeiro (2013) de políticas afirmativas da educação<sup>6</sup>, sobretudo aquelas iniciadas a partir de 2005, acabaram alterando o cenário social e mudando o rumo da trajetória das pessoas por elas atendidas.

Essas políticas e projetos afirmativos foram e ainda são de grande valia no que concerne à promoção da cidadania, pela via do estudo, às camadas menos favorecidas, visto que não lhes seria possível acessar a educação superior através do setor privado. Programas como o FIES (1999) e PROUNI (2005), ambos atualmente em franco encolhimento e futuro incerto, foram por muito tempo, e para várias parcelas da

---

<sup>5</sup> Repousa sobre esse dado, certo desconforto. De um lado, existem os que compreendem que o governo FHC sucateou deliberadamente a educação superior no intuito de privatizá-la, realizando assim a conhecida estratégia neoliberal, como aponta o sociólogo Luiz Antônio Cunha (2003). De outro lado, existem os que compreendem que a acusação de que o governo FHC pretendia privatizar as IES foi uma retaliação político partidária da União Nacional dos Estudantes (UNE), opositores do governo FHC, e que na verdade tal projeto nunca existiu, como afirma o filósofo e historiador da educação Paulo Ghiraldelli Jr. (2015). Todavia, importa dizer que não houve nenhuma privatização de escolas ou quaisquer instituições de ensino superior em quaisquer dos níveis (CUNHA, 2003; GHIRALDELLI JR, 2015).

<sup>6</sup> Alguns programas chamados pela autora de Políticas Afirmativas da Educação: Gratificação de Estímulo à Docência do Magistério Superior (1998); Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino superior – FIES (1999); Programa Universidade para Todos – PROUNI (2005); Programa de Expansão das Ifes (2006); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (2007). (CORDEIRO, 2013, p. 300).

sociedade, a única possibilidade de rompimento com a lógica excludente que, por tantos anos, foi conhecida íntima de nossa gente. Nesse sentido, Cordeiro (2013, p. 299) afirma que “[...] as ações afirmativas como políticas de Estado, além do combate à discriminação, buscam promover o acesso e a permanência de estudantes na educação superior [...]”.

Diante disso, precisamos pontuar que não partimos da premissa de que a educação superior seja a solução para todos os problemas sociais. Não queremos aqui afirmar que uma vez integrando qualquer IES as pessoas sejam automaticamente transformadas e nem que todas as IES nutram algum apreço pela formação política de seus estudantes. O compromisso político da educação, tal qual defendeu Florestan Fernandes (2019), ainda é uma realidade distante de inúmeras instituições de educação superior no Brasil. Se levarmos em conta que, conforme aponta Cunha (2003), a maioria das IES é ainda de caráter privado e seus interesses são muito mais técnicos<sup>7</sup> do que políticos, torna-se possível inferir que é fácil conceber que muitos sujeitos passem pelo ensino superior sem que tenham vivenciado algum tipo de formação política. Desse modo, é preciso que reconheçamos que a relação que enxergamos entre a educação superior e o desenvolvimento da consciência política não é uma realidade que pode ser estendida a todas as IES, mas um traço que, embora exigido pela LDB, ainda não é uma realidade massiva.

Contudo, compreendemos que a educação superior, hoje relativamente mais acessível às camadas menos favorecidas, se constitui como uma oportunidade de acesso ao patrimônio cultural por via do estudo e também como possibilidade de realização

---

<sup>7</sup> Para nós, formação técnica e formação política ou formação humana não são realidades excludentes, opostas ou mutuamente eliminadoras. Demerval Saviani (2013) reflete sobre esse assunto em seu clássico “Pedagogia Histórico Crítica”. Para ele, a formação técnica, sobretudo no caso da docência, além de permitir que o sujeito se exerça profissionalmente de maneira razoável, ainda é pré-requisito para um verdadeiro compromisso político, visto que sem a adequada aquisição dos “instrumentos” que constituem a carreira docente (formação técnica) não é possível empreender o projeto político de transformar a sociedade. Perceba-se que essa compreensão em nada se aproxima das antigas compreensões da pedagogia tecnicista.

profissional e humana. Se a educação superior tem a potência de propor a quem estuda interesse a respeito dos problemas do mundo e um impulso à sua superação, é possível dizer ainda que ela acaba por se configurar como um elemento constituidor de identidade coletiva, já que propõe um movimento de saída de si mesmo em direção a algo que nos ultrapasse e se vincule ao todo social, visando ao seu aprimoramento.

### **Consciência política**

A capacidade de refletir sobre si mesmo, de transpor os próprios limites e tornar-se algo além do que o imediatismo da existência exige de cada indivíduo tem a ver com o próprio sentido do humano – ser que forja a si mesmo, que não é dado pela natureza, mas construído paulatinamente no seio de uma sociedade que o engendra. Sabendo, pois, que o humano é um ser social, é preciso que pensemos sobre essa capacidade de reflexão sem perder de vista o sentido coletivo que é parte constituinte da própria humanidade.

Essa possibilidade de ação, que visa à superação de um estado já dado, tem sido amplamente aproveitada pelas teorias críticas da educação através da ideia de *práxis* – intelecção que antecede uma ação, cuja intencionalidade é a superação de uma realidade já posta (FREIRE, 2020; VÁSQUEZ, 1977; SOUZA, 2009). Sem o exercício de tal capacidade, o indivíduo ou o coletivo arriscam ficar entregues à vontade de outrem que não tem compromisso com aqueles. Sem tal exercício da consciência política, seja individual (através de um investimento pessoal de reflexão sobre o sentido coletivo do humano) ou coletivamente (através dos movimentos sociais, dos grupos de estudo e das formações coletivas), há poucas chances de compreender as tensões e disputas das quais se faz parte sem que sequer se dê conta. Sobre isso, Freire (2010, p.16) escreve: [...] se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada

indissolúvelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder traspor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo [...]”.

Com efeito, é preciso que pensemos sobre a importância do exercício dessa consciência política e, para tal, é importante que comecemos por defini-la, ainda que brevemente. Para Sandoval Salvador (1989, p.68), o despertar, ou a aquisição da consciência política, remete diretamente à relação que o sujeito estabelece com o meio social em que está inserido, dentro das possibilidades que tem de ler e interpretar o mundo e os símbolos que constrói e compartilha. Segundo ele, a consciência política “[...] ocorre na intersecção dos fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus preconceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios de participar [...]” (Sandoval, 1989, p.68).

É, pois, no decorrer mesmo da vida em sociedade e no próprio exercício político da cidadania que essa consciência da coletividade e da intencionalidade tem possibilidade de constituir-se. Sandoval (2001) desenvolve seu modelo de consciência política, tomando como base para tal o conceito de consciência operária, de Touraine (DAU et al, 2018), contudo, o desenvolve de modo a ampliá-lo. Para o cientista político brasileiro, a consciência política diz respeito a um conjunto de dimensões psicológicas e sociais que coexistem e que relacionam significados, conhecimentos e informações de modo a levar o indivíduo a orientar-se em direção a escolhas que o representam.

Ao se debruçar sobre a obra do estudioso brasileiro, Costa (2006, p.168) apresenta sete aspectos da consciência política e os destaca em seu estudo. Resumidamente, descrevemos estes aspectos da seguinte maneira:

(I) Identidade coletiva – esta primeira dimensão tem a ver com a solidariedade, com a forma com que os indivíduos desenvolvem mutuamente seus laços. Tem a ver com interesses em comum, com vínculos sociais e afetivos que os sujeitos estabelecem, de modo a criar um sentimento de pertença. É a partir desse sentimento de pertença a

um grupo que os laços vão sendo fortalecidos, mantidos e atualizados, que as metas vão se alinhando;

(II) Crença e valores sociais – esta segunda, diz respeito ao campo de percepções do mundo vivido, tem a ver com a representação social que os indivíduos constroem sobre a estrutura que compartilham e são produzidos pelas interações sociais espontâneas. Essas crenças e valores não necessariamente são submetidos a uma reflexão e estão muito mais próximas à ideologia e visão de mundo do grupo em questão;

(III) Identificação de adversários e interesses antagônicos – esta dimensão baseia-se no interesse do indivíduo em compreender a relação que seus interesses estabelecem diante dos interesses de outros grupos sociais. É importante pontuar que é impossível mobilizar os sujeitos a agir coletivamente sem assumir a existência de adversários comuns. Esse é, pois, um aspecto chave para compreender a consciência política, já que, em última instância, a política diz respeito à negociação da ação coletiva;

(IV) Eficácia da política – diz respeito a um sentimento com o qual o sujeito busca compreender sua capacidade de intervir em uma situação política. Nesse ponto, destaca-se a compreensão da causalidade e ressalta-se o que o sujeito compreende da capacidade que tem de modificar sua própria vida através do exercício político. Aqui, destaca-se que os sujeitos costumam interpretar de três formas as coisas que lhes acontecem. Primeiro: elas podem ter uma causa divina ou transcendental – por isso impossível de contornar. Segundo: elas podem ser fruto de suas escolhas e de sua determinação diante das situações, por conseguinte, buscam resolvê-las de modo solitário. Terceiro: elas podem compreender a influência da ação de outros grupos e outros indivíduos sobre elas e, a partir dessa compreensão, empreenderem uma organização coletiva que dê conta de resolver suas questões;

(V) Sentimento de justiça e injustiça – esta dimensão compreende as formas com que o indivíduo percebe os acordos sociais e os avalia no sentido de entender se esses acordos representam um nível de reciprocidade social entre os atores de forma justa. Esse sentimento de reciprocidade, se inexistente, gera um sentimento de injustiça, o que pode ocasionar as conhecidas manifestações de protesto;

(VI) Vontade de agir coletivamente – diz respeito à predisposição dos indivíduos em incluir-se no jogo das ações coletivas. É nesse âmbito também que os indivíduos avaliam os movimentos sociais em termos de propostas e ações. Trata-se do aspecto mais instrumental no que diz respeito à decisão do indivíduo de aderir a um conjunto de ações coletivas para reparar as injustiças sociais;

(VII) Metas da ação coletiva – esse aspecto diz respeito ao juízo que o indivíduo faz do movimento no sentido de avaliar até que ponto seus objetivos, práticas e ações correspondem àquilo que é efetivamente realizado nas ações conjuntas.

Portanto, o desenvolvimento da consciência política aponta para a construção de uma identidade com seu conjunto de crenças e valores relativos à sociedade. Esse desenvolvimento tem a ver com a capacidade judicante, mediante a qual é possível identificar nossos objetivos em sociedade e as barreiras que a estes se interpõem. É essa consciência que nos impulsiona para um engajamento social e nos permite ver os desdobramentos das nossas escolhas na qualidade de atores no jogo democrático em termos de justiça e injustiça. Consciência ainda que baliza nossa vontade de agir de maneira coletiva contra as injustiças sociais e nos permite avaliar até que ponto as metas dos movimentos sociais são internamente coerentes e correspondem também aos nossos interesses.

## **Metodologia**

No âmbito desta pesquisa, tomamos como norte a abordagem qualitativa, pois compreendemos ser esta a mais qualificada diante do objetivo de nosso estudo. Isso porque a pesquisa social se debruça sobre aspectos referentes à subjetividade, não sendo por isso passíveis de mensuração pela via numérica. Conforme salienta Minayo (2008, p.21), a pesquisa qualitativa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. [...]

O estudo que realizamos se deu por meio de uma pesquisa exploratória (LAKATOS; MARCONI, 2003). O método escolhido para o desenvolvimento deste estudo foi o Método do Caso Alargado, que tem origem na antropologia social e baseia-se no estudo de uma realidade determinada, um caso, da qual alargamos os contornos que lhe são próprios, para daí, então, buscar compreender outras realidades. Para Santos (1993, p.11), o Método do Caso Alargado:

[...] em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem [...]

Nossa pesquisa se debruça sobre as mulheres organizadas na Marcha Mundial das Mulheres (MMM) – Núcleo Agreste de Pernambuco e no Coletivo Lutas e Cores com formação em curso superior. Todas as participantes se auto identificam como mulheres. A MMM é um movimento social feminista internacional de caráter contra hegemônico, que nasce no ano de 1998, com o intuito de unir os diversos coletivos feministas em prol da construção de uma nova identidade coletiva das mulheres e de seu

autorreconhecimento na qualidade de sujeitos. Por isso, trata-se da forja de uma nova identidade (SOF, 2019).

Já consolidada no Brasil, desde o final da década de 1990, em Caruaru-PE, a MMM inicia suas atividades a partir de um grupo de alunas que estavam nas etapas finais do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA). Essas estudantes estavam envolvidas com o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE – e entraram em contato com as representantes do movimento na cidade de Recife, onde receberam os primeiros passos para a instalação da MMM – Núcleo Agreste de Pernambuco. Dessa forma, a partir do dia 03 de maio de 2014, a cidade de Caruaru-PE passa a contar com a presença da MMM, organizada para desenvolver ações de afirmação da luta feminina (LAGE, 2018).

O coletivo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) Lutas e Cores é um movimento organizado em torno da pauta do fortalecimento da cidadania LGBT na cidade de Caruaru-PE. Fundado em outubro de 2014, seus fundadores já atuavam na luta LGBT, tanto através de outros grupos quanto do ativismo acadêmico, profissional e comunitário.

Entre os princípios do grupo, apresentados em sua Carta de Princípios (LUTAS E CORES, 2015), destacamos a união de forças com outros grupos militantes LGBT em Caruaru, a solidariedade aos movimentos de mulheres, negros, estudantes, jovens etc., a participação em universidades e escolas com foco na construção de uma experiência de cidadania pautada no respeito e na ocupação de espaços que se abrem à participação política.

Objetivando atingir tais metas, as ativistas do CLC, desenvolvem um conjunto de ações de enfrentamento a injustiças sociais, bem como de educação da população geral, tais como: a realização de reuniões em espaços abertos e fechados, intervenções nas redes sociais, formação de servidoras e servidores públicos, participação em

manifestações e atos políticos, “panfletações”, rodas de diálogo, “beijaços”, participações em programas da imprensa da cidade etc. (LAGE, 2018).

O CLC pauta-se numa perspectiva que busca romper com os modelos hierarquizados, nos quais normalmente as funções de liderança ficam sempre a cargo de homens. O coletivo agrega e visibiliza todas as letras da sigla numa perspectiva feminista. Dentro do grupo estão inclusas pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero como LGBT, pessoas não-binárias e também heterossexuais.

Na nossa coleta de dados contamos com a colaboração das seguintes participantes:

- Cinco mulheres ativistas organizadas na MMM – Núcleo Agreste de Pernambuco. Dessas mulheres, três cursaram Licenciatura em Pedagogia, uma cursou Licenciatura em Matemática e a outra cursou Comunicação Social, todas, na UFPE-CAA. A essas ativistas nos referiremos por Ativista MMM 1; 2; 3; 4 e 5.
- Quatro mulheres ativistas organizadas no CLC. Dessas, uma cursou Relações Internacionais e atualmente cursa Economia na UFPE-CAA, uma cursou Farmácia na ASCES-UNITA, uma cursou Ciências Contábeis na UNIP e uma cursou Administração Pública na ASCES-UNITA. A essas ativistas nos referiremos por Ativista CLC 1, 2, 3 e 4.

Em nosso estudo, optamos pela entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados. Entrevistas que realizamos entre setembro de 2019 e dezembro de 2020. Justificamos tal escolha pela compreensão de que essa ferramenta tenha maior eficácia em oferecer uma ampla variedade de dados referentes à vida social das participantes, assim como o fato desta ser um instrumento muito adequado para obter

informações sobre o que as pessoas creem, esperam, acreditam, sabem ou sentem (GATTI, 2010).

Para a sistematização dos dados, optamos pela Análise do Conteúdo desenvolvida por Lawrence Bardin (2016). Esse instrumento metodológico conta com três etapas. A primeira é a fase da pré-análise, quando organizamos os dados e temos o primeiro contato com os documentos. A segunda etapa é a fase da exploração do material, geralmente mais demorada, pois objetiva administrar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise. Finalmente, a terceira fase é o tratamento dos dados, quando são constituídas as inferências e a interpretação dos dados trabalhados.

## **O caso das militantes do coletivo lutas e cores e da MMM-PE**

### **Educação Superior**

Vimos que a educação superior no Brasil, por muito tempo, foi um privilégio concedido a poucos indivíduos. Entre avanços, retrocessos e uma trajetória marcada por elitismo, esta modalidade de ensino, aos poucos, passa a se tornar mais acessível, sobretudo depois das políticas afirmativas instituídas a partir de 2004. Compreendemos que a educação superior, importante etapa da formação humana, vai além dos objetivos apontados pela LDB, e é sob essa chave que buscaremos analisar as falas das ativistas da MMM e do CLC em Caruaru-PE. Em nossas entrevistas, percebemos que além dos significados já apontados, a educação superior, principalmente na área de ciências humanas, assume o papel de formar politicamente os sujeitos, desnaturalizando fenômenos que tentam se apresentar como naturais e inalteráveis. Como nos mostra a Ativista MMM 1, a educação, superior foi para ela, o momento de “abrir os olhos” e perceber que a realidade humana não é algo dado, mas construída pelos próprios humanos, e, por isso mesmo, é passível de desconstrução e de mudança:

[...] a diferença é que antes da universidade eu não sabia o nome das coisas, percebia, mas não sabia o nome, não entendia o porquê das coisas, não entendia o contexto geral, não entendia do ponto de vista macro. Mas, aquilo me inquietava e são as inquietações que movem a gente [...] eu acho que a Universidade é esse lugar de abrir os olhos, de perceber as contradições, entender o que está acontecendo [...] então, eu acho que a universidade é o lugar onde você sofre, mas você aprende. Em outro lugar, eu nunca pararia para estudar o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra], porque não é algo que a gente percebe do nosso lugar. Eu comecei a conhecer o MST por conta da educação do campo e, se não fosse minha pesquisa na Universidade, eu nunca teria estudado (Ativista MMM 1, Entrevista: 17/09/2019).

No caso em questão, a Ativista MMM 1 nos afirma que, antes do seu ingresso na educação superior, já percebia as contradições e impropérios a que estão submetidas as mulheres na nossa sociedade, mas, é no encontro com a educação superior e na vivência formativa proposta por este, que ela percebe que essas contradições não são aleatórias, mas uma questão mais sistemática (macro). Para ela, a educação superior pode ser descrita como o momento em que “os olhos se abrem” e onde se desenham possibilidades de encontros que ela não teria em outro lugar.

Em outros casos, como nos mostra a Ativista CLC 1, a Universidade não é o lugar da descoberta das desigualdades sociais, da consciência de classe nem do processo de sucessivas exclusões que os sujeitos vivenciam, mas o lugar do engajamento. Segundo mostra o extrato a seguir, a universidade foi, no trajeto desta ativista, o campo propício para o início de um engajamento político:

[...] eu acredito que, muito antes de considerar um pensamento como político, ou até mesmo uma prática, sempre tive a consciência do meu lugar social. Desde muito cedo, eu enxerguei que as pessoas de uma classe social mais baixa, da qual eu venho, tinham que enfrentar desafios que, mais tarde, vim perceber que por ser mulher, por ser LGBT, isso se intensificava ainda mais. Isso se intensificou mais quando eu estudei no colégio estadual e eu tive um maior contato com o movimento estudantil, aí eu fiz parte de algumas militâncias do movimento estudantil. Eu entrei na faculdade em 2012, hoje estou na segunda graduação, lá no CAA. Apenas em 2013, já ingressando na universidade, eu participei das paralisações de junho, intituladas “Não é só pelos Centavos”. Foi onde minha atuação e prática, eu pude classificar como

política. Daí por diante, ingressei em outros movimentos sociais e coletivos e no governo municipal. (Ativista CLC 1, Entrevista: 20/05/2020).

Nas falas apresentadas pela Ativista CLC 4, encontramos um elemento distinto destes já apresentados. Se nos casos anteriores a universidade vem no sentido de ampliar a compreensão sobre a sociedade já em desenvolvimento, neste caso ela é o ponto inicial. Nesta narrativa, nos encontramos com a educação superior que apresenta a possibilidade de interpretar o mundo politicamente. Interessante perceber que, no caso desta ativista, a influência exercida pela educação superior não se restringe a uma militância organizada, o que já é significativo, mas começa propondo transformação de ideário já na esfera do familiar:

[...] eu era muito isenta de consciência política. Não conhecia normas e estruturas, pensava muito quadrado. Era muito influenciada por parentes e pela mídia a pensar de um jeito muito individualista, até entrar na faculdade de Administração Pública (Asces-Unita), onde aprendi sobre políticas públicas, sobre governo e suas estruturas e tudo que se relaciona a isto. Mas, o contato que despertou minha consciência política foi pela professora na época, Katherine Lages. A partir desse contato que realmente surgiu o interesse sobre política [...] Através da graduação, passei a entender e explicar para as pessoas ao meu redor informações adquiridas na faculdade, nos movimentos sociais ou estudos sobre pautas feministas e LGBT. Através do conhecimento adquirido, ajudei a mudar alguns conceitos de pessoas próximas a mim, principalmente a minha família (Ativista CLC 4, Entrevistas: 10/10/2020).

Por último, há no relato da Ativista MMM 4, uma das fundadoras da Marcha Mundial das Mulheres em Pernambuco, um elemento novo. Neste caso, a universidade não aparece como o lugar da descoberta da necessidade da luta, mas como um lugar que possibilita que a luta se fortaleça, alcance outras alturas e ganhe outras formas. Formada no curso de pedagogia da UFPE-CAA, a ativista nos conta que trabalha para a militância desde sua graduação. Isso permitiu que ela fugisse do impasse de ter que parar de trabalhar para militar. Seguindo, essa estudiosa conta que encontrou na luta

feminista e na educação superior a possibilidade de desenvolvimento de seu trabalho de ativismo intelectual:

[...] antes da universidade, eu tinha uma formação em construção, que a universidade fortalece em seguida [...]. Na minha graduação inteira eu trabalhei como professora de educação infantil. Pouco antes de terminar a universidade, eu comecei a trabalhar no MMTR como assessora e esse foi meu primeiro trabalho para a militância. Isso foi muito bom, porque eu saí desse lugar de não conseguir militar porque tinha que trabalhar. Depois disso, eu fiz mestrado, que também é um mestrado para a militância, mas atrelado a isso fazia outros trabalhos para a militância [...]. Desde o meu doutorado, eu pesquisei feminismo [...] (Ativista MMM 4, Entrevista: 03/12/2020).

### **Consciência Política**

No que concerne à construção da consciência política, é interessante notar que alguns dos elementos circunscritos nas elaborações teóricas que apresentamos, aqui aparecem dispostos pelas cores da materialidade. No relato da Ativista MMM 2, é possível perceber nitidamente alguns dos elementos mais importantes dessa consciência: o sentimento de pertença, a vontade de agir coletivamente, a eficácia política, o sentimento de justiça e injustiça, etc. Segundo nos conta a integrante da MMM-PE, foi na educação superior que ela encontrou o ambiente discursivo fecundo para fazer com que esses embates ganhassem materialidade. Foi ali, segundo suas falas nos mostram, através da discussão científica, que ela se permitiu o confronto consigo mesma e a experiência da transformação da consciência:

[...] Lembro que no terceiro e quarto período estudamos as disciplinas de movimentos Sociais e Pesquisa e Prática Pedagógica em Movimentos Sociais, que é uma disciplina dentro de um Movimento Social [...]. Essa disciplina permitiu que eu passasse a compreender essas pessoas organizadas contra as estruturas de poder e esse sistema que está dado [...]. Eu era cheia de conceitos pré-estabelecidos, super intolerante. É bem sofrido reconhecer isso, e eu vejo tudo isso como um avanço significativo [...]. Tudo isso nos possibilitou entender o que é a luta, a formação, a organização, a resistência, a revolução [...] (Ativista MMM 2, Entrevista: 20/09/2019).

No relato em questão, compreende-se que a experiência da educação superior foi o elemento definidor na mudança de consciência da entrevistada. Obviamente, tal mudança não ocorreu pela mera presença da feminista no ambiente universitário. Relatos como o que apresentamos em seguida mostram que o ensino universitário possibilita o acesso ao universo da produção científica, inclusive a produção do conhecimento de natureza política. A Ativista CLC 1 nos conta que, através de um vídeo da feminista Chimamanda, assistido durante sua formação universitária, despertou-se o interesse por discussões e produções de outras mulheres feministas que trabalham questões de teor político/filosófico, de clássicas como Simone de Beauvoir a feministas negras latino-americanas, como a brasileira Djamila Ribeiro:

[...] Chimamanda. O primeiro contato que tive foi um vídeo que eu assisti dela. Que é uma mulher negra, que é muito incrível. Djamila Ribeiro, Simone de Beauvoir, Judith Butler da teoria queer é excelente. Rosa Luxemburgo. As que eu posso te dizer foram essas, que me inspiraram (Ativista CLC 1, Entrevista: 20/05/2020).

No relato da Ativista CLC 4, as leituras de cunho político também desempenharam um papel significativo em sua jornada formativa. Um elemento que se destaca no relato desta ativista é que, perguntada pelas obras que leu, durante sua formação universitária, e que a ajudaram a compor sua visão de mundo, ela apresenta uma série de biografias de famosas feministas. Portanto, podemos compreender que não só a literatura científica tem fomentado o processo de desenvolvimento da consciência política das feministas, mas também a vida de mulheres que, ao longo da história, se destacaram como referências de intelectuais ativistas:

[...] a biografia da Frida Khalo, a biografia de Simone de Beauvoir, “A cerimônia do Adeus”, eu perdi as contas de quantos artigos de Simone e Judith Butler eu li. Simone é uma das minhas autoras preferidas, sua forma de pensar e partes da sua vida me interessaram bastante durante todo meu conhecimento. “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, “Feminismo e consciência de classe no Brasil” “Violência doméstica e

familiar contra a mulher”, entre outros. Esses são alguns livros que li/tenho. Durante a militância, fui apresentada ao livro: “Mulheres que correm com lobos” e “O Segundo sexo” [...] (Ativista CLC 4, Entrevista: 10/10/2020).

Outro aspecto importante com relação ao desenvolvimento da consciência política, é que não podemos, nem mesmo no âmbito desta pesquisa, dizer que seja algo que nasce exclusivamente na educação superior, nem que se restrinja a seus estudantes. Conforme compreendemos, existem muitas vias (sejam a arte, a filosofia, a família, os movimentos sociais ou a própria comunidade) que podem fomentar o desenvolvimento desse tipo de consciência – esse sentimento de pertença, que traz o entendimento da necessidade de uma organização coletiva na tarefa de lutar pela garantia e pela conquista dos direitos sociais.

Na nossa pesquisa, das nove participantes entrevistadas, duas dizem que, antes de ingressarem na educação superior, não tinham interesse nenhum em questões políticas. Quatro relatam que, mesmo antes do ingresso no ensino superior, já se sentiam incomodadas com as contradições em que se viam imersas socialmente, mas que foi na universidade que conseguiram entender tais mecanismos a partir de um ponto de vista da problemática social e, com isso, entenderam a necessidade da luta organizada, enquanto três delas já eram ativistas antes mesmo de ingressarem na educação superior. Destas últimas, duas tiveram sua formação política iniciada pela família, pela arte. Uma delas, pela própria ação do movimento social (Lutas e Cores) e pela arte da capoeira. O relato da Ativista MMM 4, mostrado abaixo, pode ser significativo para entender como a família pode ter protagonismo no tocante ao desenvolvimento da consciência política:

[...] Eu me envolvi com os movimentos sociais bem antes da universidade. Eu tinha quinze anos. Por intermédio da minha irmã que era organizada no movimento estudantil. Ela se articulava na Consulta Popular, que é um partido, e eu ia com ela nos atos, nas reuniões, ainda que eu não fosse necessariamente organizada [...]. Eu tenho uma formação de esquerda que é familiar. Minha irmã é sindicalista. Ela se organizou com o movimento estudantil também. Então, eu tenho uma formação de esquerda que pelo menos me ajudou a entender que existe luta de classes no mundo. Quando eu

entro na universidade, me encontro com esse terreno progressista em construção aí no interior. Porque eu fui da quinta turma do curso de pedagogia do campus interiorizado, pela política de interiorização do governo do PT, e também porque o curso foi construído numa perspectiva mais ampla, saindo um pouco do que eram os cursos de pedagogia tradicionalmente. Então, eu já tinha uma consciência de classe em construção bastante desenvolvida, e quando eu entro no curso de pedagogia consigo associar e relacionar toda essa perspectiva de luta com o debate da classe com essa outra bandeira, tanto a questão das mulheres, de gênero, quanto a questão racial. Então, antes da universidade, eu tinha uma formação em construção que a universidade fortalece em seguida [...] (Ativista MMM 4, Entrevista: 03/12/2020).

### **Análise**

Justapondo o campo teórico e o empírico, podemos vislumbrar brevemente como essas categorias se relacionam no interior do fenômeno que estudamos. A nossa primeira categoria de análise é educação superior. Vimos, através de alguns marcos históricos, o quanto essa modalidade de ensino foi restrita às elites. Essa realidade excludente da educação superior no Brasil, somente começa a ser relativizada após as chamadas políticas afirmativas da educação (CORDEIRO, 2013), sobretudo, aquelas ocorridas a partir de 2004, com o programa de interiorização das universidades federais. Para a LDB, a educação superior, além de formar profissionalmente, tem a tarefa de estimular o pensamento reflexivo, incentivar a pesquisa, suscitar o desejo de aperfeiçoamento cultural e o enfrentamento dos problemas do mundo.

No caso das ativistas entrevistadas, a educação superior aparece como o lugar onde se constituem novos olhares, onde o engajamento tem início, onde as problemáticas do mundo começam a ser compreendidas e, finalmente, como um campo de amplas possibilidades acadêmicas e profissionais. Com efeito, buscando uma síntese entre a compreensão teórica e a experiência empírica, poderíamos apresentar a educação superior nos seguintes termos: se hoje a educação superior é significativamente mais acessível, isso ocorre a partir das políticas afirmativas. Permite que as discentes abram os olhos para o funcionamento da sociedade e a problematizem em suas diversas

camadas. Pode dialogar com os movimentos sociais e possibilitar uma maior proximidade entre estudantes e a luta organizada. Pode ainda estender a compreensão advinda do conhecimento para as pessoas que são próximas às estudantes. Pode oferecer a possibilidade de uma experiência profissional pautada no ativismo e centrada na produção do conhecimento científico.

A partir da obra de Sandoval Salvador (1989), compreendemos que a consciência política, nossa segunda categoria de análise, pode ser compreendida por um conjunto de desdobramentos da consciência humana que ocorre na intersecção dos fatores estruturais, das relações sociais, das visões de mundo com seus preconceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios. Integra identidade coletiva, abarca crença e valores societais, a identificação de adversários e interesses antagônicos e a vontade de agir coletivamente.

No caso das ativistas entrevistadas, essa consciência, que tem a ver com a organização contra as estruturas arbitrárias de poder, encontrou, nas discussões acadêmicas, na família e na vida de grandes ativistas da história, canal pelo qual se desenvolve. Podendo, em termos de síntese, ser apresentada da seguinte maneira: é uma consciência da coletividade que mobiliza diversas camadas do ser social e estimula o ator a agir de forma organizada em prol da melhoria da própria sociedade. Pode despertar e/ou ser construída a partir de um pensar reflexivo sobre si, mas também a partir de discussões, leituras e obras científicas, de experiências culturais, mas pode também ser fruto de uma formação política/familiar.

O quadro a seguir apresenta, de forma sucinta, o que temos dito:

**Quadro 1. Síntese das categorias teóricas e empíricas**

<b>Categorias</b>	<b>Teoria</b>	<b>Campo empírico</b>	<b>Síntese</b>
<b>Educação superior</b>	<p>[...] estimula o pensamento reflexivo/forma diplomados/as/ incentiva a pesquisa/suscita o desejo de aperfeiçoamento cultural e o enfrentamento dos problemas do mundo (LDB).</p> <p>É fruto de políticas afirmativas que mudam as realidades e transforma a vida das pessoas (CORDEIRO, 2013).</p>	<p>[...] a Universidade é esse lugar de abrir os olhos” (Ativista MMM 1).</p> <p>[...]na universidade eu participei das paralisações de junho [...] daí por diante ingressei em outros movimentos sociais e coletivos” (Ativista CLC 1).</p> <p>[...]através da graduação passei a entender e explicar para as pessoas ao meu redor informações adquiridas na faculdade, nos movimentos sociais ou estudos sobre pautas feministas e LGBT” (Ativista CLC 4).</p> <p>[...] depois disso eu fiz mestrado, que também é um mestrado para a militância, mas atrelado a isso fazia outros trabalhos para a militância [...] desde o meu doutorado eu pesquiso feminismo” (Ativista MMM 4).</p>	<p>É fruto das políticas afirmativas e estimula a luta pela melhoria social. Permite que as discentes abram os olhos para o funcionamento da sociedade em suas diversas camadas. Dialoga com os movimentos sociais e possibilita uma maior proximidade entre estudantes e a luta organizada. Estende a compreensão advinda do conhecimento também para as pessoas que são próximas às estudantes. Oferece a possibilidade de uma experiência profissional pautada na militância e centrada na produção do conhecimento científico.</p>
<b>Consciência Política</b>	<p>[...] ocorre na intersecção dos fatores estruturais, relações sociais, visões de mundo com seus preconceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios de participar. Integra Identidade coletiva, Crença e valores sociais, Identificação de adversários e interesses antagônicos, Vontade de agir coletivamente (SALVADOR, 1989).</p>	<p>[...] então essa disciplina foi permitindo que eu passasse a compreender essas pessoas organizadas contra essas estruturas de poder e esse sistema que está dado (Ativista MMM1).</p> <p>[...] Chimamanda [...] Djamilia Ribeiro [...] Simone de Beauvoir [...] Judith Butler[...] me inspiraram (Ativista-CLC 1).</p> <p>[...]sua forma de pensar e partes da sua vida me interessaram bastante [...] esses são alguns livros que li/tenho (Ativista-CLC 4).</p> <p>[...]eu tenho uma formação de esquerda que é familiar. Minha irmã é sindicalista, que se organizou com o movimento estudantil também, então eu tenho uma formação de esquerda que pelo menos me ajudou a entender que pelo menos existe luta de classes no mundo (Ativista MMM 4).</p>	<p>É a consciência da coletividade que mobiliza diversas camadas do ser social e estimula o ator a agir de forma organizada em prol da melhoria da própria sociedade. Pode despertar e/ou ser construída a partir de um pensar reflexivo sobre si, mas também a partir de discussões, leituras e obras científicas, de experiências culturais, mas pode também ser fruto de uma formação político/familiar.</p>

## Resultados

Retomando a pergunta que dá origem à nossa pesquisa: de que modo a educação superior pode contribuir no processo de desenvolvimento da consciência política das ativistas da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e do Coletivo Lutas e Cores (CLC) de Caruaru-PE, temos a dizer o seguinte:

Com relação ao nosso primeiro objetivo – apresentar aspectos da consciência política dessas ativistas, antes do seu ingresso na educação superior – é possível assinalar que o conteúdo das falas das entrevistadas aponta para a existência de três grupos de mulheres distintos: (1) aquelas que não se interessavam por questões políticas e nem cogitavam a possibilidade de agir de modo organizado; (2) aquelas que já percebiam as contradições do mundo, refletiam sobre a possibilidade de agir no sentido de transformá-lo, mas ainda não compreendiam claramente a razão de tais contradições, nem se engajavam em sua superação; e, por fim, (3) as que já haviam desenvolvido uma consciência política que lhes permitisse não somente compreender essas contradições e mecanismos, mas também, a partir dessa mesma consciência, se engajar nas lutas populares.

Dessa forma, é possível identificar então, no caso das ativistas da MMM e do CLC em Caruaru-PE, esses três estágios da consciência política antes de seu ingresso no ensino superior: consciência política não desperta – estágio em que as participantes do estudo não percebem o atravessamento das questões sociais nos níveis pessoal e coletivo, nem tampouco se interessam pelas problemáticas sociais; a consciência política parcialmente desperta – estágio em que elas começam a compreender as incongruências sociais e a necessidade que a sociedade tem de transformação, ainda que não compreendam completamente o papel que podem desempenhar nesse sentido; e por último, a consciência política desperta – quando essas mulheres compreendem as

contradições sociais e tomam para si a responsabilidade de lutar de forma coletiva e organizada para o aprimoramento da sociedade.

A maior parte das nossas entrevistadas se encaixa no segundo grupo, ou seja, aquelas que apresentavam, antes do ingresso na educação superior, uma consciência política parcialmente desperta – elas percebiam que havia algo de inadequado na forma pela qual nos organizamos como sociedade, como classe, como corpos “generificados”, mas não eram capazes de dizer exatamente onde residia tal inadequação, nem percebiam a possibilidade de se organizar coletivamente para transformar tais realidades. A segunda maior parte das participantes pertence ao terceiro grupo – aquelas que já apresentavam uma consciência política desperta – isto é, que já compreendiam as contradições e se organizavam em movimentos sociais para o enfrentamento dessas questões. Finalmente, temos a menor parcela, pertencente ao primeiro grupo – aquelas que apresentam uma consciência política não desperta, as que antes do ingresso na educação superior não refletiam sobre as questões de caráter coletivo, nem problematizavam a possibilidade de engajamento.

Perseguindo nosso segundo objetivo – mapear as bases filosóficas e políticas dessas ativistas construídas durante suas formações acadêmicas – percebemos que as leituras efetuadas pelas participantes durante seus cursos universitários, são ainda a forma mais recorrente de diálogo com as discussões políticas e filosóficas e que embasam suas reflexões na posição de intelectuais e ativistas. Conforme nos mostram os seus relatos, a universidade constitui-se como um campo onde vicejam as possibilidades de encontros com teorias que desajustam a suposta naturalidade das injustiças sociais, e, com efeito, as possibilidades de leituras problematizadoras nesse ambiente se multiplicam.

Aproximando-nos mais detidamente das obras citadas pelo grupo entrevistado, é possível ter um breve vislumbre sobre o que mais mobiliza essas ativistas no campo teórico. Destaca-se, cabe salientar, a heterogenia presente no acervo intelectual que

constitui sua base filosófica, de feministas clássicas como Mary Wollstonecraft e Simone de Beauvoir – que teorizaram a mulher e o patriarcado – até historiadoras feministas como Joan Scott – que contribuíram significativamente nas discussões de gênero, passando pelos feminismos negro e latino-americano – de *bell hooks* à Marcela Lagarde. Essas mulheres ainda têm dialogado com biografias de ativistas e obras de grandes poetisas e literatas, como a inglesa Virginia Woolf e a americana Elisabeth Bishop, e mantêm franca conversação com a produção intelectual brasileira, de Guacira Louro a Carla Akotirene.

Dentre as intelectuais escritoras mais citadas, por ordem de frequência, estão as feministas negras *bell hooks* e Djamila Ribeiro, seguidas pela historiadora e feminista Guacira Louro, pela filósofa francesa Simone de Beauvoir e pela pós-estruturalista Judith Butler. Aparecem ainda, entre as mais apontadas, feministas como a nigeriana Chimamanda, a brasileira Lélia Gonzales, a norte americana Joan Scott e a também estadunidense Patrícia Hill Collins. A frequência com que aparecem nomes como Jacqueline Pitanguy, Maria Amélia de Almeida Teles, Heleieth Saffioti, Maria Lugones e Célia Regina Jardim Pinto, nos leva a crer que o grupo de entrevistadas compreende a importância da adoção de chaves de leitura que reflitam sobre a experiência latino-americana e brasileira.

Cabe ainda salientar que os estudos feministas não são as únicas fontes de reflexão que fornecem bases políticas e filosóficas para essas mulheres. Leituras como a sociologia do geógrafo brasileiro Milton Santos e do filósofo e ativista francês Michael Foucault também figuram entre seus estudos. Como já assinalado, muitas delas destacam a arte como potencializadora do debate político e como possibilidade de uma outra leitura do mundo. Para citar alguns exemplos, a capoeira, a música de Chico Buarque e Caetano Veloso, os poemas de Elisabeth Bishop e as pinturas de Frida Kahlo foram alguns dos atravessamentos que convidaram essas mulheres à reflexão sobre os problemas do mundo.

Finalmente, é preciso destacar que, a partir dos relatos coletados, é possível inferir que a família se apresenta ainda como base importante no que concerne a construção e desenvolvimento da consciência política. Quatro das nossas nove participantes mencionaram a influência exercida por suas famílias nesse sentido – duas delas já eram militantes antes de ingressar no ensino superior, porque, segundo afirmam, tinham em casa uma base de esquerda com quem dialogavam e que já eram envolvidas com movimentos sociais. As outras duas nos contam que, antes da educação superior, reproduziam muitos dos preconceitos compartilhados por suas famílias. Disso depreendemos que, seja no sentido da compreensão, seja no sentido da reprodução de paradigmas preconceituosos, a família ainda exerce importante papel no desenvolvimento da consciência política.

Para responder nosso último objetivo específico – mostrar os indícios de mudanças ocorridas na consciência política dessas ativistas após seu ingresso na educação superior, diremos que essa modalidade educacional pode fomentar enormes transformações em qualquer um dos três grupos de consciência política acima elencados – seja entre aquelas que somente lá encontraram possibilidade de despertar para questões antes ignoradas, seja nas que já compreendiam, mas sem muita profundidade, as engrenagens e contradições sociais, seja entre aquelas que já estavam conscientes e engajadas em uma luta organizada.

No primeiro caso – entres as que apresentavam a consciência política não desperta, a universidade proporcionou um contato inicial com reflexões críticas acerca da sociedade e suas contradições, vínculo que se estreita a partir do momento que se possibilita também um maior diálogo com os próprios movimentos sociais – campo de efervescente engajamento político, discussão e luta. Apresentadas à possibilidade de desconstruir seus preconceitos, a partir da aquisição de conhecimento teórico e empírico, essas mulheres se abriram para uma outra leitura possível, do mundo e de si

mesmas, abraçando com isso o processo de desenvolvimento da consciência política e de uma existência mais ativa e afirmativa.

No segundo caso – entre as que apresentavam a consciência política parcialmente desperta, as principais mudanças ocorridas têm a ver com o processo de maior compreensão sobre os fenômenos observados empiricamente e, em segundo lugar, a decisão por engajar-se numa luta organizada. Como sabemos, o ensino superior pode se apresentar como um fecundíssimo campo de diálogo, de compreensão e de problematização. Uma vez que já se sentiam contrariadas pelas incongruências sociais, essas mulheres encontraram no ensino superior e no debate científico a possibilidade de ler de forma precisa as contradições a que estavam sujeitas e, com isso, decidem-se pela opção de engajar-se. Assim, podemos dizer que, se essas mulheres já se inquietavam diante de tais embates, é a partir de seu encontro com a educação superior que elas se decidem por um ativismo organizado.

Por último, as mulheres do terceiro grupo – que apresentavam a consciência política desperta, também têm suas trajetórias de vida transformadas pela educação superior. Não somente pela possibilidade de atuação profissional – importante quesito a se destacar, uma vez que pode garantir certa independência financeira, mas também, pelos distintos horizontes que se abrem a partir de uma formação universitária, já que muitas mulheres graduadas encontram em seu fazer profissional um importante campo de luta – seja no enfrentamento frontal em passeatas, aulas e outras manifestações, seja por meio da militância intelectual através da produção acadêmica.

Assim, compreendemos que: ao apresentar-se como lugar de descoberta ou redescoberta do mundo e colocar-se como campo de discussão de seus problemas; ao possibilitar maior acesso à produção científica sobre as problemáticas sociais; ao tornar acessível o encontro com os movimentos sociais e, ainda, oferecer a possibilidade de contribuir com o mundo através da produção do conhecimento, o ensino superior auxilia no processo de desenvolvimento da consciência política. De outro modo, poderíamos

dizer que o ensino superior pode auxiliar no processo de desenvolvimento da consciência política ao criar condições para que esta migre do estado de consciência política não desperta e/ou parcialmente desperta, para consciência política desperta.

O que procuramos mostrar, através desse estudo, para além dos objetivos já discutidos, foi que: se a educação superior no Brasil tem sido ao longo de todos esses anos – e é hoje mais do que nunca – alvo de tantos descasos e desmontes; se ela tem sido mais um distintivo social, ao invés de uma oportunidade de vivência afirmativa; se ela fomenta a construção e desenvolvimento da consciência política, é preciso, mais do que nunca, compreender seu verdadeiro significado, afirmá-la como espaço público, legítimo e, com isso, defendê-la como experiência potente e transformadora, acessível e nossa.

## Referências

- ARROYO, Miguel Gonzáles. Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? *In: Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.
- CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Ações afirmativas na educação superior: mulheres negras cotistas e mobilidade social. *In: Revista Pedagógica – UNOCHAPECÓ*. n. 30 vol. 01 - jan./jun. 2013.
- COSTA, Gisele Paim. **Consciência política e cidadania mediadas pela participação política: um estudo de caso.** [Tese de Doutorado]. Universidade Católica de São Paulo. 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo.** São Paulo: Edições 70. 2016.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases** n.º 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.
- CUNHA, Luís Fernando. A educação superior no octênio de FHC. *In: Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003.
- DAU, Arthur Gomes; PALASSI, Márcia Prezotti Palassi; SILVA, Marta Zorzal. Consciência política e participação dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória – ES. *In: Cad. EBAPE.BR*, n. 1, vol. 17. Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2019.
- FERNANDES, Florestan. **A formação política e o trabalho do professor.** 1ª ed. São Paulo: FFC – UNESP, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 73. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. 3ª ed. Brasília: Liber Livro Editora. 2010.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GISI, Maria Lourdes. A educação superior no Brasil e o caráter desigual do acesso e da permanência. *In: Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n.17, p. 97-112, jan./abr. 2006.

LAGE, Allene. **Desdobramentos da educação superior da mulher dentro dos movimentos feminista e LGBT. Percursos políticos e pedagógicos de ativistas da Marcha Mundial das Mulheres e do Lutas e Cores em Caruaru – PE**: 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/projetoPesquisa/viewProjetoPesquisa.xhtml?popup=true&idProjeto=560158>

LUTAS E CORES. **Carta de Princípios do Lutas e Cores**. Caruaru, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NASCIMENTO, Francivaldo dos Santos. **Expansão e Interiorização das Universidades Federais: uma análise do processo de implementação do Campus do litoral norte da Universidade Federal da Paraíba**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Paraíba. 2013.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. *In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord). A Educação Superior no Brasil*. Porto Alegre: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC –Unesco – Caracas, 2002.

SOARES, Maria Susana Arrosa. (Coord). **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC –Unesco – Caracas, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Conflitos urbanos no Recife: o caso “Skylad”**. *Revista Crítica* nº11, maio, Coimbra, 9-59, 1983.

SANDOVAL, Salvador Antônio Mireles. The Crises of the Brazilian of Labor Movement and the Emergence of Alternatives of Working-class Contention in the 1990s. *In: Psicologia Política*, São Paulo, v.1, p. 173-195, 2001.

SANDOVAL, Salvador Antônio Mireles. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. *In: Psicologia e Sociedade*, São Paulo: v. 34, p. 122-129, set. 1989.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. rev. Campinas-São Paulo: Autores Associados. 2013.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **Feminismo em Movimento: Caderno de apresentação da Marcha Mundial da Mulheres**. São Paulo: abril de 2019.

SOUZA, João Francisco De. **Prática Pedagógica e Formação de Professores**. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2009.

VASQUÉZ, Adolfo Sanchéz. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

**Higher education and political consciousness: paths of the activists of Lutas e Cores and the World March of Women in Caruaru-PE**

**Abstract:** This study aims to understand how higher education can promote the development of political awareness. For this, we count on the collaboration of activists organized in the World March of Women and in the Coletivo Lutas e Cores in Caruaru. The study adopted the qualitative approach and used the semi-structured interview to acquire the empirical data that were worked through the content analysis. The results of the study point to the existence of three groups of political awareness before entering higher education: undeveloped political awareness, developing and developed political awareness. The three groups were transformed in different ways after entering higher education. The study concludes that these transformations occur mainly through the proximity that higher education provides, not only with scientific discussions, but also with social movements.

**Keywords:** women, political awareness, feminism, higher education

Recebido em: 25/04/2021

Aprovado em: 17/06/2021